

A SRA. DENISE RIVEIRA - Perito.  
 O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Perito.  
 Pode deixar, eu vou... assessoria...  
 A SRA. DENISE RIVEIRA - Não, não.  
 Boa tarde, obrigada...  
 (Falas paralelas)  
 O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Desculpe o erro.  
 A SRA. DENISE RIVEIRA - ...pela oportunidade.

Meu nome é Denise Rivera, eu sou vice-presidente da Associação de Peritos, e vejo o seguinte: primeiro, quando a gente se coloca no lugar do outro, a gente imagina a dor que é você não saber o que aconteceu com um ente querido. Porque quando morre, morreu. A gente vai ter aquele momento de luto e depois a vida vai seguir. A gente vai ter saudade, tristeza, mas a gente sabe o que aconteceu. E a perícia tem um trabalho que é muito importante nisso tanto quanto a parte do IML, da antropologia -, aquele caso da dentista foi a partir da antropologia que se conseguiu, quanto é um banco de perfis genéticos. Hoje o IPPGF, que é o instituto que faz a parte de perícia forense, 70% do banco que ele tem é de pessoas desaparecidas.

Então, nós temos que aumentar esse banco, nós temos que ter uma maior interação. Dentro da própria Polícia Civil muitos não sabem o que a perícia faz e o que a perícia pode fazer. Nós estamos conversando com o nosso secretário, com o dr. Marcos Vinícius, e combinamos de fazer na Acadepol um seminário para todos os delegados e fica o convite até mesmo para a Polícia Militar e para quem mais tiver interesse. De a gente passar o que pode ser feito, o que mais pode ser aproveitado da perícia, o que a perícia pode fazer.

No caso das câmeras que tem nas ruas, a perícia de áudio e imagem faz identificação facial. Para isso, nós já pedimos uma autorização ao secretário para que esse banco venha para nós não para fazer o trabalho da Polícia Militar, que é essa primeira identificação e para busca tanto de desaparecidos como daqueles são procurados. Mas no nosso caso esse banco vai servir para aquelas gravações que chegam e que vão servir de comparação no caso de um vídeo suspeito, ou de um homicídio ou de um roubo. Então, isso seria uma outra utilização desse banco.

Então, acho que é muito importante essa integração, entender que a perícia pode aproveitar ser muito bem aproveitada, precisa de recursos - a gente está conseguindo a fazer o que for possível. O secretário lá em São João é o dr. João, que é um legista amigo meu. O Disque-Denúncia trabalha junto, com a Gabriela, com Zeca Borges; e aqui mesmo na Alerj, Jovita, parabéns pelo seu trabalho. Assim, fiquei maravilhosa pela força que você mostrou, sabe? E nós estamos aqui prontos para colaborar para ajudar a perícia, ela é voltada para a sociedade.

Então, esse é o nosso trabalho nosso trabalho. O nosso trabalho tem que ser para a sociedade, sempre. Nós estamos aqui sempre de braços abertos e prontos para colaborar no que pudermos.

Agradeço o momento.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Muito obrigada, sra. Denise.

Eu passo a palavra agora para a Fernanda Lira, PSL Mulher.

A SRA. FERNANDA LIRA - Boa tarde à Mesa, é um prazer estar aqui com vocês hoje pela primeira vez. Eu represento a presidência atual do PSL Mulher e estou responsável por um programa de treinamento das candidatas no pleito de 2020. Eu quero primeiramente direcionar minha fala à Jovita e dizer que eu me solidarizo contigo, como mãe, como mulher, com avó que sou. Que entendo a sua dor e na minha fala de empatia eu quero assumir o compromisso de montar no nosso GT de segurança dentro do partido a sua causa. E te convidar também para estar conosco dividindo a tua experiência, porque é importante que formemos candidatos que se comprometam com essas causas, que já entrem e que já contemplem em seus planos causas tão nobres e importantes como essa, que a causa dos desaparecidos dentro do macrouniverso da segurança.

A minha fala principal, na verdade agora eu trago, passa muito pela fala do dr. Alexandre, da major Cláudia. A China tem mostrado excelentes resultados em encontrar pessoas desaparecidas com reconhecimento facial. Essa tecnologia, maior, tem que ser utilizada em toda a sua amplitude. Não importa se no piloto a gente não teve tanto êxito. Temos que insistir, aprimorar e conseguir esse recurso para que nós possamos começar um trabalho efetivo, célere, que as pessoas sejam realmente localizadas com vida. Porque sempre me coloco no lugar da sociedade civil e no que ela espera de nós. O que ela espera é que... Quando a gente fala que alguém desapareceu, o que passa pela cabeça das pessoas? "Ela morreu", é isso que elas pensam. Ou "já era", "não serão encontradas". A sensação que a população tem é que não há efetividade.

Então, nós queremos virar esse jogo, mudar essa sensação. E, se a gente investe e faz a sociedade entender do trabalho - isso é muito importante - a gente consegue ter a sociedade do nosso lado. E a pressão popular é realmente um instrumento muito forte, principalmente para captação de recursos. Porque uma coisa é a prioridade, o recurso vem de acordo com a prioridade. A gente tem hoje parcerias público-privadas e eu tenho certeza que muitos canais estariam muito felizes em colaborar conosco. Acordos de cooperação, não só de PPPs, mas também em contratos de concessão, como o secretário falou, já deveriam estar previstos. Tanto o de mídia televisiva quanto outros contratos de concessão de transportes. A divulgação, sim, o tempo todo, dos rostos dessas pessoas. E hoje a gente não vê mais isso. Antigamente você entrava no ônibus e tinha, atrás da cabine do motorista, um folder, um cartaz como esse que nós temos aqui sobre a mesa. Hoje a gente não vê mais isso. Então as pessoas estão ficando desesperançadas e a gente precisa reaver essa parceria com a população.

Eu não vou me estender mais, porque eu sei que tem muita gente para falar. Mas fica aqui o nosso compromisso de formar essa consciência dentro daqueles que pretendem ingressar no ambiente público para já entrar com essa proposta. E não aqui começar a ter contato e a desenvolver, quem sabe no segundo ou no terceiro ano. Não, já entra com o projeto pronto, já entra com vontade de realizar. Bom, obrigada mais uma vez. É um prazer estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Bom, eu preciso agradecer aqui à Márcia e à Maria e a Wal Ferrão, presidente da ONG Mães do Brasil. Quero fazer um agradecimento especial pela presença e agradecer a todas as mães de desaparecidos que aqui estão hoje. Se eu deixei alguém faltar, me perdoe. A gente faz outra audiência, não tem problema.

A SRA. DENISE RIVEIRA - Deputado, eu posso falar só uma coisa de que me lembrei, muito rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Pois não.

A SRA. DENISE RIVEIRA - Nós temos um grupo de WhatsApp só de peritos. Nesse grupo, de vez em quando acontece de colocar: Ah, sumiu, desapareceu um parente de alguém. E a gente coloca isso no grupo, nós já conseguimos localizar quatro pessoas. Isso era um grupo pequeno, só de perito. Imagine a gente tendo uma corrente muito maior o quanto de efetividade a gente vai conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Muito obrigado.

Deputado Márcio Gualberto, suas considerações finais para a gente encerrar nossa audiência.

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - O tema tratado é de suma importância. Eu sou inspetor da Polícia Civil há 16, caminhando para 17 anos. Não é mesmo, Denise? Então, nós precisamos investir, sem dúvida alguma, em investigação, em inteligência. Precisamos ter um olhar mais cuidadoso para a Baixada. Eu trabalhei na Baixada durante OITO anos e sei que os problemas enfrentados são graves e são problemas que não começaram hoje. Mas que precisam ser enfrentados, tudo precisa ter um início. Eu penso que o momento seja propício para isso, para que nós possamos, Jovita, dar uma resposta não somente à senhora, não somente às mães que tiveram algum ente querido desaparecido, mas a toda sociedade. Porque, como muito bem foi dito aqui pela juíza e por outros membros da mesa, esse é um problema que pode atingir a todos.

Então, uma vez que pode atingir a todos, não é cabível nem concebível que fiquemos indiferentes a esta realidade, uma vez que ela faz tantas famílias sofrerem. nós não podemos ser tão insensíveis. Sendo assim, eu me coloco como parlamentar à vossa disposição - e a senhora sabe disso, nós somos amigos. Mas me coloco também à disposição de todos que aqui estão para que juntos possamos trazer uma solução de fato para esse problema que se arrasta durante longos anos em nosso estado.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Dona Jovita, vou encerrando aqui essa audiência. Eu, como disse no início da presente audiência, eu ainda carecia de mais, de conhecer e me aprofundar sobre o tema, todas as teias que estão envolvidas em relação ao assunto. Anotei bastante coisa para que a gente possa aqui, através da Alerj, através das nossas proposições, tentar buscar uma solução. A gente já conseguiu aqui a criação da frente parlamentar. Eu acho que um outro ato bacana também é a gente criar o dia aqui, incluir no calendário estadual o dia da pessoa desaparecida. Dentro das nossas proposições, dentro das nossas questões regimentais, a gente vai tentar aqui de todas as maneiras dar o protagonismo que o assunto merece aqui dentro da Casa.

Eu finalizo as minhas palavras agradecendo a presença de todos. Quero dizer que ela é uma causa invisível, mas, se não fosse pelas pessoas que estão aqui hoje, ela seria mais invisível ainda. Se não fosse o trabalho às vezes muito individual, muito mais pessoal de cada um de vocês que estão dentro das instituições, talvez a gente não tivesse tantos avanços.

Então, dona Jovita, você conseguir transformar a sua dor em luta tem gerado muitos resultados. Olha a quantidade de pessoas que estão aqui hoje, não só pela luta da senhora, mas pela luta de todos que estão desaparecidos, de todos os familiares que ainda sofrem. Eu quero aqui, em nome da Assembleia Legislativa do Estado, comprometer-me com as emendas que eu apresentei aqui, para a criação do Alerta-Pri, para a criação de um cadastro estadual. E vou me esforçar para que as instituições que aqui participaram, instituições da Polícia Civil, da Polícia Militar, da própria Polícia Rodoviária Federal, embora a Polícia Federal não tenha participado aqui dessa integração desses dados, que é de extrema importância para a gente começar a melhorar esses resultados.

Eu quero aqui novamente colocar o nosso gabinete à disposição, colocar as Comissões que estão relacionadas ao tema. Faltou aqui a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, faltaram outras... Ah, é, o deputado Márcio Gualberto está representando a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania aqui. Mas é importante a gente aprofundar e dar o protagonismo necessário a esta causa aqui na Alerj, no que depender da gente. E o que depender da gente aqui a gente vai colocar esse tema em pauta e ajudar a avançar ainda mais.

Essa frente parlamentar tem que sair esse ano, não é, deputado Márcio Gualberto?

O SR. MÁRCIO GUALBERTO - Sem dúvida, é verdade. Eu só gostaria de avisar também, perdoem o esquecimento, mas eu estou também vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Então, quem precisar, pode contar comigo e com a própria comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bruno Dauaire) - Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública, de grande aprendizado e de grande valia. Muito obrigado a todos.

## TEMPORÁRIAS

**COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DO NOVO MODELO DE GOVERNANÇA DA REGIÃO METROPOLITANA NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 184 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018.**

(REQUERIMENTO Nº 164/2019)

### ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas e cinco minutos, reuniu-se para realização de Audiência Pública a Comissão de Representação em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 164/2019, conforme Edital publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo de xx.04.2021, através de vídeo conferência (via Plataforma Zoom), conforme Art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, sob a Presidência do Senhor Deputado Waldeck Carneiro, e com as presenças dos Senhores Deputados LUIZ PAULO - Vice-Presidente e ELIOMAR COELHO, membro efetivo da Comissão. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente registrou as presenças dos Senhores BERNARDO SANTORO - Presidente do Instituto Rio Metrópole, MAURÍCIO KNO- PLOCH - Diretor de Planejamento e Projetos do Instituto Rio Metrópole, Vereador ROMÁRIO REGIS, do Município de São Gonçalo, Conselheiro VICENTE LOUREIRO, CLÁUDIA CRUZ - Coordenadora de Informação da Casa Fluminense. A seguir, o Senhor Presidente mencionou que o objetivo da presente audiência seria debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 21/2020, de autoria dos Senhores Deputados Zeidan, André Ceciliano e Waldeck Carneiro, que altera a Lei Complementar nº 184 de 27 de dezembro de 2018, e dá outras providências, e suas Emendas de Plenário. Após, relatou que a Lei complementar visa dotar o Estado de um ordenamento jurídico que permita a centralização das ações de enfrentamento de pandemias que serão voltadas para as áreas: de saúde, construção, manutenção, aparelhamento e contratação de equipes médicas para hospitais, assim como regulação de leitos para pacientes; de ações sociais, como criação de postos de atendimento à população mais vulnerável, em especial na garantia de subsistência mínima como alimentação, medicamentos e outros, bem como de medidas de restrição de circulação de pessoas, podendo decretar o fechamento de serviços considerar necessário para contenção da propagação da doença. Em seguida, o Senhor Presidente afirmou que o propósito da audiência é apresentar à Comissão de Constituição e Justiça, um resumo do que foi debatido na mesma para que se possa aprimorar ainda mais o projeto. Após, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Bernardo Santoro, que demonstrou sua preocupação quanto a constitucionalidade do projeto de lei complementar em relação ao diferencial da gestão metropolitana que é tomar para si as competências municipais geridas de maneira metropolitana. Finalizando, mencionou que caso seja por decisão da Alerj e do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana efetivamente fazer essa indagação de competência para a região Metropolitana, que do ponto de vista de estrutura, o Instituto Rio Metrópole irá se desdobrar para cumprir todas as ordens emanadas pelo Conselho. A seguir, foi concedida a palavra ao Senhor Vicente Loureiro, que alegou ser oportuno incorporar essas mudanças na Lei Complementar nº 184/2018, para que se tenha um ordenamento sincronizado de decisões governamentais sobre a pandemia, referente às medidas de proteção e restrições que atualmente está confundindo a população. Com a palavra, a Senhora Cláudia Cruz mencionou que a Casa Fluminense publicou um artigo na semana passada discutindo sobre o problema da descoordenação e de lentidão da vacinação, problema de base de dados em encontrar as informações coerentes para identificarem o avanço da vacinação e que esse projeto de lei complementar em tela veio para coordenar as ações de enfrentamento da pandemia. Após, destacou que a política de isolamento que é praticada nesse momento delicado, passa por um estado de negociação e principalmente de cooperação para o enfrentamento da pandemia, alegando que esforços coordenados trazem mais resultados. Passada a palavra ao Senhor Deputado Luiz Paulo, o mesmo iniciou a sua fala discordando da opinião do Senhor Bernardo Santoro quanto a inconstitucionalidade do projeto de lei complementar, mencionando que nem a Constituição de 1988, nem as decisões do Supremo Tribunal Federal e tão pouco no regime ditatorial da década de setenta, quando foi implantado o conceito de região Metropolitana, tinha a previsibilidade de pandemias e que o próprio Supremo tem decidido muitas vezes arrastar a Constituição em questão da saúde pública estar em primeiro lugar. Continuando, alegou que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou recentemente uma lei sobre a extensão do feriado de dez dias e nela foi aprovada um

dispositivo que, havendo o contraditório entre os poderes, vale a decisão mais restritiva, para não dizer claramente que o poder constituído para decidir localmente, é o município. Com a palavra, o Vereador Romário Regis mencionou que o Município e São Gonçalo quase sempre fica de fora dos debates das orientações regionais quanto a questão do combate a pandemia do Covid-19, após, alegou que o município está com noventa e um por cento dos leitos de CTI ocupados e que não estão cumprindo as orientações restritivas mais adequadas, sugerindo à governança da Região Metropolitana um olhar um pouco mais amplo sobre as questões territoriais. Retomando a palavra, o Senhor Presidente apresentou a ideia de ser constituída uma Frente Parlamentar Intermunicipal no âmbito da Região Metropolitana, para que seja feita uma maior mobilização dos vereadores dos vinte e dois municípios integrantes da Região Metropolitana. Nada mais havendo a tratar e não tendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que fosse elaborada a Ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, do que para constar, eu Orlando de Souza Santos Junior, matrícula nº 201.140-1, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata que vai subscrita por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 06 de abril de 2021. (a) Orlando de Sousa S. Junior - Secretário "ad hoc"; (a) Deputado WALDECK CARNEIRO - Presidente.

Id: 2311749

## Atos da Mesa Diretora

**ATO "E"/MD/Nº 2099/2021**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 6245/2021

**R E S O L V E :**

**NOMEAR FERNANDA RABELO BARROS**, matrícula nº 428.071-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Martins, na vaga decorrente da exoneração de Fernanda Athayde das Chagas Alvarenga.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

**\*ATO "E"/MD/Nº 2766/2020**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 12106/2020

**R E S O L V E :**

**EXONERAR**, a pedido, **SANDRA LUCIA TONIATO SILVA**, matrícula nº 425.111-2, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar VIII, símbolo CCDAL - 8, que vinha exercendo junto ao Gabinete do Deputado Marcelo Cabeleireiro.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2020.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

**\*(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. de 09.10.2020.)**

**\*ATO "E"/MD/Nº 161/2021**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 15282/2020

**R E S O L V E :**

**NOMEAR JOÃO CLAUDIO FERREIRA ALVES**, matrícula nº 308.546-1, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto ao Gabinete do Deputado Valdecy da Saúde, na vaga decorrente da exoneração de Rosineide Pereira da Silva.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

**\*(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. de 06.01.2021.)**

**\*ATO "E"/MD/Nº 175/2021**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 15247/2020

**R E S O L V E :**

**NOMEAR NATHALIA ALVITOS PEREIRA**, matrícula nº 427.481-7, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar V, símbolo CCDAL - 5, junto à Liderança do NOVO - Deputado Alexandre Freitas, na vaga decorrente da exoneração de Edson Mosquera dos Santos.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

**\*(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. de 06.01.2021.)**

**\*ATO "E"/MD/Nº 180/2021**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 178/2021

**R E S O L V E :**

**NOMEAR ANA CAROLINE GARCIA MARQUES**, matrícula nº 425.591-5, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar VI, símbolo CCDAL - 6, junto à Comissão de Defesa do Consumidor-Deputado Fábio Silva, na vaga decorrente da exoneração de Eliezer Macedo dos Santos.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

**\*(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. de 06.01.2021.)**

**\*ATO "E"/MD/Nº 502/2021**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 876/2021

**R E S O L V E :**

**NOMEAR KATIA TEOBALTO SALES**, matrícula nº 427.556-6, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto ao Gabinete da Deputada Celia Jordão.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2021.

DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

**\*(Republicado por haver saído com incorreções no D.O. de 14.01.2021.)**